

PROFESSORA, MULHER NEGRA E A LEI DA DIVERSIDADE

Lori Hack de Jesus¹

Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo

As escolas de Educação Básica devem atender os dispositivos das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Essa obrigatoriedade atinge todos/as os/as docentes dos estabelecimentos. Entretanto, a responsabilidade pela implementação das leis recai sobre professores/as negros/as e indígenas, isto é, é colocada pelos/as colegas. Desta forma, e não apenas por isso, professores/as negros/as e indígenas, têm assumido a liderança do trabalho no que se refere à implementação das leis, pois possuem compreensão da necessidade e possuem a sensibilidade necessária para tentar envolver os/as colegas de docência, auxiliando no processo. A universidade inserida nas escolas através de diversos programas, como PIBID, projetos de pesquisa e de extensão consegue observar e comprovar este fato no cotidiano. Relatamos neste texto, a pesquisa desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental da região do Vale do Arinos, onde uma professora negra se tornou referência na aplicação da Lei 10.639/03 e parceira nos projetos de extensão sobre o assunto das africanidades. Os projetos sobre a história e a cultura afro-brasileira que ela desenvolve em sua sala de aula chamam a atenção de colegas, que solicitam suas orientações com a finalidade de adaptarem para as suas salas, o que ela faz com alegria, pois tem compromisso com a questão racial na educação e na sociedade, o que promove o trabalho. E, por algumas vezes, suscita a inveja e o ciúme, o que causa o estresse de ambas as partes e o retardamento da implementação da lei. Por outro lado, essa professora e grande parte dos/as educadores/as demonstram a compreensão de que o racismo ainda está muito presente em nossa sociedade e que o trabalho, apesar de exaustivo, não pode parar.

Palavras-chave: mulher negra; educação; diversidades; lei 10.639/03; africanidades

¹ Professora efetiva da UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Juara - MT - Departamento de Pedagogia / Grupo de Pesquisa LEAL - Laboratório de Estudos de Pesquisas em Diversidade da Amazônia Legal. É Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, onde defendeu a dissertação Trajetórias de Vida e Estudo de Alunos Negros do Ensino Médio da Cidade de Tapurah, MT (2005). lorihj@hotmail.com

TEACHER, BLACK WOMAN AND THE LAW OF DIVERSITY

Abstract

The Basic Education schools must comply with the provisions of Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08, which make teaching on Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture compulsory. This obligation affects all the teachers of the establishments. However, the responsibility for implementing the laws lies with black and indigenous teachers, that is, with their colleagues. In this way, and not only for this reason, black and indigenous teachers have taken the lead in the implementation of laws, because they have an understanding of the need and have the necessary sensitivity to try to involve their colleagues Assisting in the process. The university inserted in the schools through several programs, like PIBID, projects of research and extension can observe and prove this fact in the quotidian. We report in this text the research developed in a primary school in the Vale do Arinos region, where a black teacher became a reference in the application of Law 10.639 / 03 and a partner in extension projects about Africanity. The projects about the history and the Afro-Brazilian culture that she develops in her classroom draw the attention of colleagues, who ask for their orientations with the purpose of adapting to their classrooms, which she does with joy, since she is committed to The racial question in education and society, which promotes the work. And sometimes it raises jealousy and jealousy, which causes the stress of both parties and the retardation of the implementation of the law. On the other hand, this teacher and a great part of the educators demonstrate the understanding that racism is still very present in our society and that the work, although exhaustive, it can not stop.

Keywords: black woman; education; diversity; law 10.639 / 03; africanity

INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas têm comprovado que as relações na sociedade brasileira têm se dado de forma desarmônica, principalmente, em se tratando das relações raciais e étnicas, dentre elas, Rosenberg (1987), Oliveira (1999), Cavalleiro (2000 e 2001), Jaccoud e Beghin (2002), Silva Jr. (2002), Fazzi (2004) e Carvalho (2005). Estes pesquisadores evidenciam, desta forma, que a democracia racial, tão propalada nos discursos, não passa de um mito e, que as políticas públicas universalistas são ineficazes na promoção da igualdade entre indígenas, negros/as e brancos/as, contribuindo para a manutenção de privilégios para o grupo racial branco.

Assim, percebemos que as desigualdades raciais nos diversos setores da vida humana, tais como a educação, saúde, habitação, trabalho, acesso a bens e outros têm se mantido inalteradas ao longo do tempo. Segundo Henriques (2001), os indicadores sociais mostram melhorias na qualidade de vida de todos os brasileiros, negros e brancos, entretanto, a diferença nos indicadores sociais entre os grupos raciais não tem diminuído, o que prova que a democracia racial em nossa sociedade permanece como um mito.

Comprovou-se também, a existência e as consequências do racismo no interior das escolas. O preconceito e a discriminação decorrentes do racismo promovem prejuízos às crianças, vítimas de tais ações, entre as quais, as crianças negras estão em maior número, segundo Henriques (2001). Conscientes da existência do racismo no interior do contexto escolar, podemos confirmar a necessidade de promover uma educação que supere esta realidade, uma educação que combata categoricamente a questão, ou seja, uma educação antirracista.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei 9.394/96 (LDB), incluindo no currículo oficial das escolas a obrigatoriedade do estudo dos conteúdos relacionados à História e à Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena, vieram para auxiliar nesse processo de romper com a permanência dessas desigualdades em função do preconceito racial e étnico existente na sociedade brasileira.

E, para a efetivação deste trabalho, compreendemos que o/a professor/a, no interior da sala de aula, é o/a grande responsável pela veiculação destes conhecimentos, sendo o sujeito desencadeador desse processo e o interlocutor da mudança manifesta nos dispositivos curriculares das disciplinas escolares.

Para tanto, todos/as os/as professores/as devem estar preparados/as, conhecendo os aportes teóricos que dão sustentação à essa prática. Assim, a obrigatoriedade implicada nas leis atinge todos/as os/as docentes dos estabelecimentos. Entretanto, indiretamente, a responsabilidade pela implementação das leis é, comumente, assumida pelos/as professores/as negros/as e indígenas, pois é assim delegada pelos/as colegas professores/as brancos/as, dizendo que não dominam o assunto e não conseguem lidar com as situações de preconceitos racial e étnico que ocorrem em sala de aula.

Desta forma, e não apenas por isso, professores/as negros/as e indígenas, têm assumido a liderança do trabalho no que se refere à implementação das leis, pois possuem compreensão da necessidade e possuem a sensibilidade necessária para tentar envolver os/as colegas de docência, auxiliando no processo.

Entendemos que este trabalho é muito relevante para as crianças, assim como, para os/as professores/as das escolas, pois não é apenas uma questão de cumprir a Lei 10.639/03, mas sim, de incentivar a compreender e a valorizar a história e a cultura africana e dos afro-brasileiros, assim como, contribuir para ampliar o referencial afirmativo, a fim de auxiliar na construção da identidade negra através da elevação da autoestima de professores/as e crianças negras na escola e fora dela.

O trabalho desenvolvido por esta professora oportuniza a reflexão sobre as relações raciais na sociedade brasileira e na escola, o que pode levar a uma intervenção significativa dos/as demais professores/as, futuramente, diante das situações de discriminação racial na escola, contribuindo assim, para a diminuição até a eliminação do racismo em nossa sociedade.

A universidade inserida nas escolas através de diversos programas, projetos de pesquisa e de extensão, como PIBID, Programa Institucional de

Bolsas de Iniciação à Docência consegue observar e comprovar este fato no cotidiano.

Relatamos neste texto, a pesquisa desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental da região do Vale do Arinos, onde uma professora negra se tornou referência na aplicação da Lei 10.639/03 e parceira nos projetos de extensão sobre o assunto das africanidades.

O artigo está organizado em duas partes a primeira apresentando a voz da professora Negra em memórias narradas e dialogadas com pesquisadoras. A segunda a sua inserção nos projetos PIBID, eventos e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso.

DE QUEM FALAMOS?

De uma mulher negra que em forma de narrativa expôs seus sentimentos, memórias e histórias que são evidenciadas, timidamente, no sentido de acalento suave e dolorido, transcrito nos olhares e comportamentos na hora da narrativa, e é feito com sentimento de dor, pois as marcas são profundas. Trata-se de um constructo que é individual, mas que também é coletivo, porque constituídas por relações históricas e de vivências sociais comum ao gênero feminino de mulheres negras.

Falamos da mulher negra em processo de resistência e resiliência, que não se faz no isolamento, mas, no desfazer dos pensamentos homogeneizantes, que em grupos e movimentos, se agregam em enfrentamentos ao racismo e na construção da decolonialidade, pois, a colonialidade nas Américas é o marco do racismo, é a violência do *apartheid* dos povos e a supremacia eurocêntrica.

Quando as mulheres negras, a exemplo desta professora, tomam para si a responsabilidade de descolonizar, em práxis catalizadora, aumentam a velocidade da reação de enfrentamento ao racismo, constituindo-se como agentes de processos interventivos, que não agem apenas em seu favor, mas da coletividade de negras e negros deste país.

Esta mulher negra, hoje professora, narra² que “muito antes mesmo de atuar como professora sentia na pele o preconceito racial que ocorria com pessoas negras, o que ainda ocorre dentro da escola”. De acordo com pesquisa de Carvalho (2005), crianças negras apresentam menor desempenho escolar e isso pode ser verificado como sendo consequências da ação do preconceito racial sofrido por elas no espaço escolar.

Em narrativa, a professora evidencia que a questão étnico-racial é um desafio que está presente nas vivências e também compõe situações e forças sociais em desfavor das pessoas negras, das mulheres negras, porque é preciso a todo tempo provar competências. Diz que³: “a capacidade é colocada à prova a todo momento, pela desconfiança que as pessoas demonstram em qualquer profissão em que a pessoa negra se envolva, enquanto que o estereótipo da empregada doméstica ou faxineira permeia o pensamento das pessoas a respeito da mulher negra”.

A narrativa demonstra que a condição da pessoa negra, da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, está marcada por preconceitos, permeada por questões raciais e de gênero, onde a mulher negra tem demarcado, *a priori*, o seu lugar dentro da classe social. Essa visão evidencia desigualdade racial, de classe e de gênero, onde as mulheres negras são obrigadas a produzir sempre, em maior grau que outras, estão sempre em estado de vigilância e buscam enfrentar esse sistema alienante e preconceituoso. São ideias inseridas na sociedade pelo discurso do colonizador, do dominador, e, estes discursos foram se assentando em ações e na memória do pensamento coletivo nacional.

Em geral as mulheres negras são submetidas à condições mais precárias de trabalho, principalmente, em funções e colocações sem qualquer prestígio social, ainda que demonstrem condições iguais ao de mulheres brancas de exercer profissões mais valorizadas em nossa sociedade. De acordo com Henriques (2001), o nível de precariedade dos postos de trabalho é sempre maior para os negros do que para os brancos.

² Entrevista concedida em junho/2012.

³ Idem.

Da mesma forma, percebe-se, ainda hoje, que o salário de mulheres negras é inferior aos de homens e mulheres brancas, ainda que seja no desempenho de profissões ou funções iguais. Soares (2000) em sua pesquisa através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conclui que os rendimentos das mulheres negras chegam a ser 60% inferiores ao rendimento de homens brancos. E essas “diferenças” não são meras diferenças, elas se transformam em “desigualdades”, desigualdades raciais que impõem ao grupo negro piores condições de vida, pelo simples fato de terem a pele mais escura.

Assim, as reflexões evidenciadas nas narrativas da professora, que ocorrem em sua fala, decorrem na transparência de sua voz, mas, principalmente, nas expressões faciais, no movimento do corpo, nos silêncios, nas pausas e nos olhares que são trocados conosco, nos é de difícil escuta, sofremos juntas, pois, esta mulher negra hoje, é colaboradora dos trabalhos de pesquisa e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso.

É nesta mesma Universidade onde ela se formou, mas que, em suas narrativas, encontra-se no mesmo espaço de outras instituições no que se refere a preconceito e desvalorização do povo negro, pois o fato de atuar junto a uma Universidade não reduz as ações da discriminação, pois ela não ocorre pelo fator social, mas sim, pela cor da pele, isto é, pela questão racial.

Ela diz ainda⁴, que é preciso, em todos os lugares sociais, “mostrar que se tem competência, mas que isso é ainda mais cobrado de pessoas negras, de provar que é competente. E as mulheres negras? É ainda mais intenso isso, pois, a visão do branco é no sentido de que a mesma está ocupando o lugar do branco e, que seu lugar não é ali”.

Trata-se de uma luta constante, de um enfrentamento para a vida toda, pois, a memória da professora não se restringe a um período, ou um fato, mas no decorrer de sua vida, desde a infância até a idade adulta, em qualquer espaço social que frequentar de acordo com Fazzi (2004). A professora é categórica ao dizer⁵ que todos “os problemas enfrentados são relacionados à cor da pele, que isso já se manifesta a ela desde os tempos de criança”. Traz a

⁴ Entrevista concedida em junho/2012.

⁵ Entrevista concedida em junho/2012.

memória da escola, de Educação Básica e segundo ela, grande parte dos professores não tomam providências em relação às situações de racismo que ocorrem na escola, em parte, porque pensam que as crianças não se importam com estas situações ou que não sentem as suas consequências. Diz⁶ “Hoje escuto as pessoas falarem na escola assim: ‘ah, a criança negra nem percebe’. Mas, a gente percebe sim, você vê isso, essas atitudes, nas próprias coleguinhas e nos professores”

Ela nos conta ainda, que era castigada pelos professores, até mesmo pelo que não havia feito, sem qualquer investigação maior para apurar os fatos. Atribui este fato à diferenciação feita no tratamento entre as crianças negras e brancas, conforme comprova a pesquisa de Cavalleiro (2000) em escolas de Educação Infantil.

Vemos que a professora traz a memória da cor de pele, pele negra, na perspectiva racial, de quem está associado à inferioridade e a todas as mazelas sociais, de banditismo, prostitutas, escravas, enfim, mulheres negras do imaginário colonizador. Ter pele negra, já a tornava culpada! O que não é diferente hoje, pois na escola, enquanto profissional, sofre penalidades, pois os direitos que outros/as professores/as alcançam, são negados a ela, pois se aplicados a ela, são considerados privilégios ou benefícios acima da legislação.

Analizamos que as narrativas são trajetórias de vida, que são profundas, pessoais, mas que há nas mesmas uma memória que é coletiva, de pessoas negras, de mulheres negras, de professoras negras. Pertence a um espaço social e cultural colonizante, ao mesmo tempo que se procura descolonizador, e, conforme nossas compreensões, isso ocorre quando a pessoa se torna efetivamente negra, ou seja, quando se vê dentro desse coletivo cultural e étnico.

⁶ Idem.

O TOM PEDAGÓGICO

A produção de práticas pedagógicas com os princípios e orientações das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo oficial das escolas, com a aplicabilidade do estudo dos conteúdos relacionados à História e à Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena demanda a utilização de diversas metodologias, inclusive com a participação e parceria de Programas de Iniciação à Docência, projetos de extensão e eventos em conjunto com a Universidade do Estado de Mato Grosso. Segundo Oliveira e Candau (2010), esse conjunto de ações junto às aulas e aplicação de conteúdos específicos, as questões étnicas e raciais viabiliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais, bem como, auxilia em processos decoloniais e antirracistas, pelo reconhecimento da necessidade da superação de imaginários e práticas racistas em diferentes lugares, inclusive no espaço da educação escolar.

Os projetos sobre a história e a cultura afro-brasileira desenvolvidos pela professora em sua sala de aula chamam a atenção de colegas, que solicitam suas orientações com a finalidade de adaptarem para as suas salas, o que ela faz com alegria, pois, tem compromisso com a questão racial na educação e na sociedade, o que promove o trabalho. E, por algumas vezes, suscita a inveja e o ciúme, o que causa o estresse de ambas as partes e o retardamento da implementação da lei. Por outro lado, essa professora, e grande parte dos/as educadores/as, demonstram a compreensão de que o racismo ainda está muito presente em nossa sociedade e que o trabalho, apesar de exaustivo, não pode parar.

As ações do PIBID foram realizadas junto às atividades da escola, com o objetivo de trabalhar a importância das relações étnico-raciais e foram feitas com problematizações dos padrões de beleza eurocêntrica, a partir da identificação da diferença das pessoas em sala de aula e na sociedade, respaldando-se em pesquisas concluídas a esse respeito. Preocupou-se ainda, em possibilitar a construção da identidade negra a crianças negras e a compreensão da diversidade no todo.

O conteúdo foi tratado com a contação de histórias de diversos livros da literatura infanto-juvenil, de autores/as nacionais e africanos/as, que valorizam a história e a cultura africana, com personagens negros/as, o que possibilita a identificação com valores negros de forma afirmativa. Com esta literatura discutiu-se ainda, sobre a diferença, a discriminação e o preconceito racial, empregando as diversas artes, como o teatro e a pintura.

Da mesma forma, trabalhou-se com filmes, desenhos animados e documentários em vídeo e fotografias, que trouxeram reflexões sobre seus conteúdos, valores e possibilidades pedagógicas com as crianças. Exemplo: a oficina de boneca negra é lúdica e as crianças gostam muito. As bonecas produzidas podem ser utilizadas na brinquedoteca ou em teatro como o de fantoches.

Produziu-se ainda, a boneca Abayomi, que carrega em si um significado intenso, de trazer alegria para quem a produz e para quem é presenteado com ela. Sua história é muito interessante, pois diz que as mulheres negras ao serem trazidas da África para serem escravizadas na América, rasgavam partes de seus vestidos para confeccionarem a Abayomi, a fim de entreterem os filhos pequenos que as acompanhavam. Triste história, mas, que ainda assim, produz uma alegria a alguém querido. Essa história faz parte das diversas histórias significativas que povoa a mente negra, de estima, de afeto, de valores de seu povo.

As atividades didático-pedagógicas foram se efetivando gradativamente, pois, os movimentos são contrários para esse tipo de aplicação pedagógica. É preciso empoderar-se, à medida que se quer realizar tal ação, porque a implantação dessas políticas curriculares consolidam outra forma de ver e de pensar, que continua não interessando àqueles que têm pensamentos coloniais. De alguma forma, desenvolver as discussões e os conteúdos das relações étnico-raciais nas escolas de Educação Básica é um enfrentamento, é uma forma de empoderamento por parte desta professora, e acima de tudo, a possibilidade do direito a uma educação humanizada.

Um dos eventos que a professora tem sido parceira é o Kalunga. Esse evento é realizado todos os anos em Juara e a mesma se envolve e envolve a

turma do Ensino Fundamental em que está trabalhando, faz parte do conteúdo de preparação para o evento, a História afro-brasileira e a história indígena. Isso porque esse evento tem como objetivo a valorização do povo negro, mas também envolve as diversidades, entre elas, os povos indígenas.

O conteúdo aborda a história do povo Negro, o conhecimento do continente africano, a história afro-brasileira, cultura na perspectiva da culinária, tradições, músicas, literatura, religiões de matriz africana, situações de preconceitos e direitos fundamentais de todas as pessoas. Na questão indígena aborda o reconhecimento das três etnias que compõem os Povos Indígenas de Juara: Apiaká, Munduruku e Kayabi/Kawayweté, no estado de Mato Grosso, com a especificidade.

Todo trabalho realizado pela professora foi permeado de reflexões e permitiu com que as crianças da Educação Básica usufríssem do direito de saber mais sobre a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o trabalho de professores e professoras negras em suas escolas, abordando as questões raciais, a partir dos seus pontos de vista, dos seus sentimentos e suas vivências são vozes que ecoam, que denunciam e anunciam uma outra forma de ver o mundo em que vivemos. A escola é uma das instituições que deve contribuir para a formação do pensamento decolonial, aliás, essa é tarefa de todos os educadores e educadoras. É preciso construir novas matrizes culturais a partir de ações empoderadas, protagonizando a história brasileira, a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: Desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Anped*, n. 28, jan/fev/mar/abr, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio escolar ao silêncio do lar-Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. (Org.). *Racismo e Anti-racismo na Educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. Da Cor ao Corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se Negro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-85.

FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*. v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 88.

_____. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004. 173 p. (Cadernos PENESB; 5).

OLIVEIRA, Iolanda. *Desigualdades Raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de Oliveira e CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002 Acessado em 20/12/2017.

PETRUCCELLI, José Luis. *A Cor Denominada: estudo das informações do suplemento da PME*. Julho/1998.

PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: uma revisão bibliográfica. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 62, p. 03-34. Ago. 1987a.

_____. A Representação do Negro em Livros Didáticos de Leitura. In: *Cadernos de Pesquisa, Raça Negra e Educação*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 88-92, 1987b.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Clacso-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acessado em: 20/12/2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações Raciais e Rendimento. *Cadernos de Pesquisa, Raça Negra e Educação*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 19-23, 1987.

SILVA JR., Hédio. *Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. TD n. 769/IPEA. Brasília: IPEA, 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.